

Abreu anuncia cortes ainda maiores

Governo descobre novo déficit não previsto e adota novas medidas

Os cortes nos orçamentos dos Estados e municípios, empresas estatais e Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas) poderão ser maiores no próximo ano, devido à possibilidade de o orçamento da União apresentar um déficit que não estava previsto pelo Governo e, dessa forma, comprometer a meta de um déficit global de 2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 89. A informação foi divulgada ontem pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu.

Embora o orçamento da União possa apresentar déficit no próximo ano, João Batista garantiu que a meta de um déficit global de 2 por cento do PIB será mantida. Quanto aos cortes nos outros orçamentos, que ocorrerão para compensar esse déficit, ele informou apenas que estão sendo examinados, sem esclarecer em qual orçamento será feito o novo corte. "Estamos estudando para ver onde vamos alocar esse déficit", disse ele.

João Batista também admitiu que as pressões feitas por governadores está forte. "Até que são pressões respeitáveis", afirmou ele, esclarecendo que o principal motivo dessa atitude é a importância dos programas que estão sendo afetados. Ressaltou também que esses programas têm grandes repercussões econômicas e sociais, mas lamentou que o problema no momento não é de escolha, e sim de escassez de recursos.

João Batista voltou a garantir que os cortes nos orçamentos não serão negociados, e a possibilidade de uma nova reunião ministe-



rial seria bem-vinda. Mas, dada a "exigüidade de tempo", ele acha que essa reunião seria de viabilidade duvidosa. Ressaltou que, até o final da semana, o Ministério do Planejamento precisa ter o orçamento pronto para ser discutido com o presidente José Sarney e encaminhado ao Congresso Nacional até o próximo dia 31.

O ministro do Planejamento chamou a atenção para o fato de que, com a promulgação da nova Constituição, o Ministério do Trabalho deverá administrar um importante fundo para amparar os desempregados, com recursos do PIS/Pasep. Com isso, segundo explicou, o Governo espera a promulgação da nova Carta e a legislação complementar, para depois fazer uma suplementação de recursos, cuja fonte seria o novo fundo.

Quanto ao aumento da receita governamental, João Batista escalreceu que deverão ser tomadas várias medidas, entre as quais: a retirada de incentivos; redução da influência da inflação na arrecadação de tributos; redução de subsídios e aumento de impostos que, segundo ele, deverão ser minimizados.

